



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DPF/PAC/RR

Decisão nº 9558390/2019-NUMIG/DPF/PAC/RR

Processo: 08115.000287/2019-19

Assunto: **Decisão de Recurso de Multa**

Auto de Infração e Notificação nº 1223\_02538\_2018

Data da Infração:29/12/2018

DECISÃO DE RECURSO DE MULTA

**ROY ELDER QUINTERO PERDOMO**, estrangeiro de nacionalidade colombiana, foi autuado por infração ao art. 109, II da Lei 13.445/2017, em razão de ultrapassar em 8 dias o prazo de estada legal no país.

Preliminarmente, verifica-se que o recurso é tempestivo, posto que foram apresentadas alegações de defesa, dentro do prazo legalmente previsto.

Conforme consta das razões apresentadas, informou o estrangeiro que por motivos de saúde não conseguiu registrar seu controle migratório de saída dentro do prazo legal.

A fim de se comprovar as alegações não apresentou documentação juntada nos autos.

1.Declaração de razões:

A mera alegação do estrangeiro não é elemento suficiente para afastar a autuação realizada, pois o ônus da prova cabe a quem alega, nos termos do art. 373, II do Novo Código de Processo Civil c.c. art. 4º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/42), tendo em vista que a recorrente não juntou nenhum documento comprobatório.

Sendo assim, inexistindo fundamento capaz de afastar a multa aplicada e presentes as formalidades legais do ato administrativo, **JULGO subsistente o auto de infração nº 1223\_02538\_2018** da DPF/PAC/RR, determino que se promovam as devidas movimentações e anotações, inclusive a inserção no STI-MAR, posto que não realizada até a presente data. Dê-se a publicidade ao ato conforme ordenamento jurídico e regulamentação normativa interna.

Notifique-se o autuado acerca do teor da presente decisão, bem como registre-se que eventual recurso deverá ser apresentado nos termos legais.

**VINICIUS VENTURINI**  
Delegado de Polícia Federal  
Mat. 19627



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS VENTURINI, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 21/02/2019, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9558390** e o código CRC **2DB7C81D**.

---

**Referência:** Processo nº 08115.000287/2019-19

SEI nº 9558390